

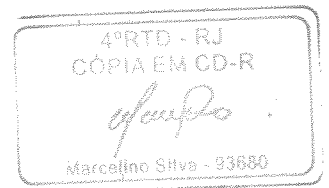
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAIS, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA BLUE BIRD PARTICIPAÇÕES S.A.

4ºRTD-RJ - 922994
Emol 336.52/Distrib 14.77/Lei 111/06 17.56
Mútua/ACÓTERJ 10.25 / FETJ 70.25
Lei 4.664/05 17.56 / Tot Emol (R\$) 466.91
PARÂM Vias 2 / Nome(s) 3 / Págs 42
Proc Estr N / Averb N / Dilig



ENTRE

BLUE BIRD PARTICIPAÇÕES S.A.
COMO EMISSORA



OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO

GEP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
COMO INTERVENIENTE ANUENTE E FIADORA

DATADO DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

JUL 2012

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA ADICIONAIS, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA BLUE BIRD PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:



BLUE BIRD PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Raul Saddi, nº 88, sala 12, no bairro Butantã, CEP 05.503-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.959.458/0001-72, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia");

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira, com sede com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, "Partes");

E, como Interveniante Anuente e Fiadora e principal garantidora das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura:

GEP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Estado de São Paulo, na Rua Raul Saadi, nº 88, Butantã, CEP 05503-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.075.594/0001-94, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("Interveniente Anuente" ou "Fiadora" ou "GEP", conforme o caso);

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fidejussória Adicionais, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Blue Bird Participações S.A. ("Escritura"), nos termos e condições abaixo:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das Debêntures ("Emissão") e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), serão realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 08 de outubro de 2012 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 8º e seguintes do Estatuto Social da Emissora.

JUCESP
05 12 12

1.2. A alienação fiduciária de quotas, outorgada pelos sócios do Interviente Anuente, e a garantia fidejussória que garantirão a Emissão, observado o disposto nas cláusulas 4.1.10 e 4.1.11, foram aprovadas em reunião de sócios da Interviente Anuente realizada em 08 de outubro de 2012 ("Reunião de Sócios da GEP") e na AGE.

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1. A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal O Dia, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada.

2.1.1.2. As aprovações da GEP mencionadas na Cláusula 1.2 acima também serão arquivadas na JUCESP.

2.1.2. Arquivamento da Escritura

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das sedes das Partes desta Escritura, de acordo com o disposto no artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, sendo disponibilizada uma via de cada documento ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias do efetivo registro.

2.1.3. Registro na CVM

2.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

2.1.4. Registro na CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP")

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.7.2 e 3.7.4 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.5.1. A presente Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas



JUL 29
05 12 12

Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código de Regulação ANBIMA").

2.1.6. Registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas

2.1.6.1. O Contrato de Alienação Fiduciária (conforme definido abaixo) deverá ser registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos das sedes das Partes, sendo uma via devidamente registrada entregue ao Agente Fiduciário. Adicionalmente, a Alienação Fiduciária de Quotas será averbada junto ao registro da GEP no Registro Público de Empresas Mercantis, mediante alteração ao seu Contrato Social, com a inclusão de redação específica contida no Contrato de Alienação Fiduciária devendo uma cópia do Contrato Social ser enviada ao Agente Fiduciário posteriormente ao registro.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social (a) a participação em empreendimentos de qualquer espécie, inclusive imobiliários; (b) a participação no capital de outras sociedades, como acionista ou quotista; (c) a administração de bens próprios; e (d) a prestação de serviços de assessoria, consultoria e em estratégias de formação de negócios e parcerias, tanto nacionais quanto internacionais.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries ("Debêntures da 1ª Série" e "Debêntures da 2ª Série" ou "1ª Série" e "2ª Série", conforme o caso).

3.4. Montante da Emissão

3.4.1. O montante total da emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão, sendo R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais) da 1ª Série e R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) da 2ª Série.

3.5. Banco Mandatário e Escriturador

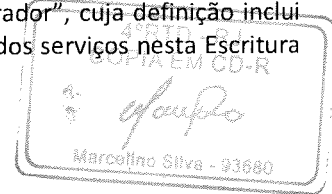
3.5.1. O banco mandatário da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário", cuja definição inclui qualquer outra instituição financeira que venha a suceder o Banco Mandatário na prestação dos serviços nesta Escritura de Emissão).

3.5.2. O escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com



JUN 29
05 12 12

sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escrutador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços nesta Escritura de Emissão).



3.6. Destinação dos Recursos

3.6.1. Os recursos captados através desta Emissão serão destinados à capitalização da GEP e das demais controladas da Emissora, para que efetuem a reestruturação de seus respectivos endividamentos.

3.6.2. A reestruturação de seus respectivos endividamentos ocorrerá por meio de pagamentos de determinados empréstimos no valor mínimo de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), a serem liquidados junto ao Banco Itaú BBA S/A, no valor mínimo de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais) e ao Banco do Brasil S/A no valor mínimo de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), ambos acrescidos de seus respectivos juros.

3.6.3. A Emissora deverá apresentar documento comprobatório ao Agente Fiduciário com a descrição da liquidação e/ou amortização dos empréstimos, no prazo máximo de até 15 dias a contar da data da liquidação financeira das debêntures.

3.7. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

3.7.1. As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do SDT; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas por meio da CETIP.

3.7.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da referida Instrução. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

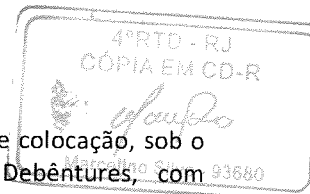
3.7.3. Conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

JUL 2019
05 12 12

3.7.4. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta Restrita: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas descritas no item (iv) da Cláusula 3.7.3 acima que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.8. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.8.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP.



3.8.2. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, pelos Coordenadores; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.8.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, dentre outras coisas, que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM e nem perante a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

3.8.4. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.8.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.8.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o plano de distribuição descrito nesta Escritura.

3.8.7. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM nº 476/09, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

JUCESP
05 12 12

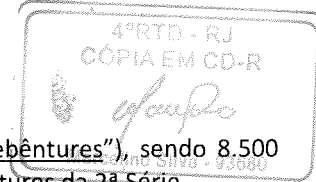
4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Data de Emissão

4.1.3. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 22 de Outubro de 2012 ("Data de Emissão").

4.1.4. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

4.1.4.1. Serão emitidas 10.000 (dez mil) Debêntures, em 2 (duas) Séries ("Debêntures"), sendo 8.500 (oito mil e quinhentas) debêntures da 1ª Série e 1.500 (mil e quinhentas) debêntures da 2ª Série.



4.1.5. Prazo e Data de Vencimento

4.1.5.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 05 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 22 de Outubro de 2017 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.4 abaixo, de aquisição antecipada facultativa, resgate antecipado facultativo e de oferta de resgate antecipado das Debêntures, em conformidade com as Cláusulas 5.1 a 5.2 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, conforme o caso, (definido abaixo) devidos, calculados conforme as Cláusulas 4.4 abaixo e 4.5 abaixo.

4.1.6. Forma e Emissão de Certificados

4.1.6.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.7. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.7.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

4.1.8. Conversibilidade

4.1.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.9. Espécie

4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, e contarão com garantias real e fidejussória adicionais, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.1.10. Garantia Real



JUL 29
05 12 12

4.1.10.1. As Debêntures contam com a garantia real de alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das quotas de emissão da GEP ("Quotas"), de titularidade da Emissora e de Nelson Volpato, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas de Sociedade Empresária Limitada em Garantia e Outras Avenças" celebrado em 06 de Novembro de 2012, entre a Emissora, Nelson Volpato, o Agente Fiduciário e o Interveniente Anuente ("Contrato de Alienação Fiduciária").

4.1.10.2. O Contrato de Alienação Fiduciária deverá ser levado a registro, às expensas da Emissora, no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas das sedes das Partes, nos prazos previstos no referido contrato de garantia, bem como deverá ser averbada junto ao Registro Público de Empresas Mercantis, mediante alteração ao seu Contrato Social. No prazo de 05 (cinco) dias úteis após os referidos registros, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original do Contrato de Alienação Fiduciária devidamente registrada e uma cópia da Alteração do Contrato Social da GEP, conforme o caso.

4.1.10.3. A garantia constituída nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária garantirá o pagamento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias assumidas pela Emissora relacionadas às Debêntures, incluindo, sem limitação, seu Valor Nominal Unitário, os Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, conforme o caso, eventuais Encargos Moratórios devidos aos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), indenizações, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas, nos termos desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária. A Garantia Real permanecerá válida e eficaz e será mantida até: (i) a integral quitação de toda e qualquer obrigação decorrente das Debêntures; ou (ii) a sua total excussão, pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária.

4.1.10.4. Integram a garantia descrita na Cláusula 4.1.10.1 os seguintes bens e direitos:

- i) as Quotas descritas na Cláusula 4.1.10.1 acima;
- ii) novas quotas de emissão da GEP resultantes de grupamento, desdobramento, bonificações, exercício de direito de preferência referente às Quotas, as quais, integrarão, automaticamente e independentemente de qualquer formalidade adicional, a definição de "Quotas" para todos os fins e efeitos de direito;
- iii) todos os títulos, valores mobiliários, respectivos rendimentos e quaisquer outros bens eventualmente adquiridos com o produto da realização da garantia prestada.

4.1.10.5. Exceto na hipótese de inadimplemento das Debêntures, não integram a garantia descrita na Cláusula 4.1.10.1 os seguintes bens e direitos, permanecendo de titularidade dos alienantes fiduciários enquanto não houver a execução da garantia e a transferência da propriedade das Quotas:

- i) os direitos de voto decorrentes da titularidade das Quotas para deliberar em reuniões de sócios da GEP; e
- ii) todos os valores pagos pela GEP a seus sócios relativos às suas Quotas, incluindo frutos, direitos, rendimentos e vantagens atribuídos aos detentores de Quotas da GEP.



JUL 29
05 12 12

4.1.11. Garantia Fidejussória

4.1.11.1. Para assegurar o cumprimento das obrigações, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura, a Fiadora presta fiança ("Fiança") em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, pelos valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo.

4.1.11.2. A Fiadora declara-se e obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadora e responsável solidariamente à Emissora e como principal pagadora do Valor Garantido (conforme definido abaixo) oriundo das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e em conformidade com os artigos 275 e seguintes e 818 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil").

4.1.11.3. A Fiadora, nos termos do artigo 828, I e II, do Código Civil, renuncia, desde já, aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de desoneração previstos nos artigos 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 da Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.1.11.4. A Fiança garante o pagamento do valor total das obrigações inerentes à Emissão, o qual inclui: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido de Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, conforme o caso, e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; bem como (ii) todas as despesas comprovadas acessórias ao principal, incluindo eventual pagamento de indenização e (iii) os custos ou despesas comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão ("Valor Garantido"). Todo e qualquer pagamento realizado pela Fiadora em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte.

4.1.11.5. O Valor Garantido será pago pela Fiadora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, em até 05 (cinco) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 02 (dois) dias úteis contados da verificação da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na presente Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções razoáveis recebidas do Agente Fiduciário por meio da notificação.

4.1.11.6. Fica facultado à Fiadora efetuar pagamento de obrigação inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado pela Fiadora.

4.1.11.7. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta cláusula, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada,



JUCESP
05 12 12

sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

4.1.11.8. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura.

4.1.11.9. A Fiadora declara e garante que: (i) a prestação desta Fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; e (ii) todas as autorizações necessárias para prestação desta Fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor.

4.1.11.10. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da Fiança prevista nesta Escritura, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

4.1.11.11. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previstos. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, em cada cobrança extrajudicial, notificar imediatamente a Fiadora nesse sentido.

4.1.11.12. Em virtude da Fiança prestada pela Fiadora, a presente Escritura será registrada, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura da presente Escritura, no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade das sedes das Partes. No prazo de 05 (cinco) dias úteis após o referido registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

4.1.11.13. A Fiança é prestada pela Fiadora, devidamente representada por meio de seus representantes legais, conforme deliberação prévia em Reunião de Sócios da GEP, em conformidade com os artigos 16º e seguintes de seu Contrato Social, conforme atualmente vigente, arquivado na JUCESP sob o nº 451.467/12-7.

4.2. Subscrição

4.2.1. Prazo de Subscrição

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, observados os prazos estabelecidos na Instrução CVM 476 e no contrato de distribuição das Debêntures.

4.2.2. Preço de Integralização

4.2.2.1. O preço de integralização de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, corrigido *pro rata temporis* pelos Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, conforme o caso, previstos na Cláusula 4.5 abaixo, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização pelo subscritor.



JUN 20 12 12

4.3. Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

4.4. Atualização do Valor Nominal

4.4.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures

4.5. Remuneração

4.5.1. Juros Remuneratórios

4.5.1.1. **Juros Remuneratórios da 1ª Série:** As Debêntures da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão ("Juros Remuneratórios da 1ª Série").

4.5.1.2. **Juros Remuneratórios da 2ª Série:** As Debêntures da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 3,25% (três inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão ("Juros Remuneratórios da 2ª Série") e, em conjunto com os Juros Remuneratórios da 1ª Série, "Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries", conforme o caso).

4.5.1.3. Os Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, serão pagos semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 22 dos meses de abril e outubro de cada ano até a Data de Vencimento.

4.5.1.4. Os Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J valor unitário dos Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, conforme o caso, devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

FatorDI produtivo das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo dos Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, conforme o caso, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

n número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do "Fator DI", sendo "n" um número inteiro;

TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:





JUL 09
05 12 12

DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro dos Juros Remuneratórios da 1ª Série e 2ª Séries, conforme o, caso das Debêntures.

4.5.1.5.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para sua divulgação ("Período de Ausência da Taxa DI"), ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente fixado em substituição. Caso não haja novo parâmetro designado legalmente, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª e 2ª Séries (conforme definida abaixo), na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, em vigor na Data de Emissão. A Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª e 2ª Séries (conforme definida abaixo) deverá ser convocada no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI, da data da extinção ou da data de impossibilidade legal de sua aplicação ou da determinação judicial pela não aplicação da Taxa DI, conforme o caso. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª e 2ª Séries (conforme definida abaixo), não sendo devidas, nesse período, quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures, em razão da implementação do novo parâmetro. A partir da deliberação acerca do novo parâmetro, este passará a ser utilizado para o cálculo dos Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures, na hipótese de divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.6. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª e 2ª Séries (conforme definida abaixo), referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, conforme o caso, das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures.

4.5.1.7. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os titulares das Debêntures da 1ª e 2ª Séries representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures e, consequentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª e 2ª Séries (conforme definida abaixo), pelo saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, devidos até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou a última data de pagamento de Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, conforme o caso, aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada.

4.5.1.6.2. Caso haja acordo entre a Emissora e os titulares das Debêntures sobre a taxa de remuneração substituta, a Escritura deverá ser aditada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas que aprovar a referida remuneração substituta.

JUL 12 12



4.6. Repactuação

4.6.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.7. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.7.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente a partir do 24º mês contado da Data de Emissão das Debêntures, conforme a tabela abaixo:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	% DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO
22 de outubro de 2014	14,2857%
22 de abril de 2015	14,2857%
22 de outubro de 2015	14,2857%
22 de abril de 2016	14,2857%
22 de outubro de 2016	14,2857%
22 de abril de 2017	14,2857%
22 de outubro de 2017	O saldo das debêntures

4.8. Condições de Pagamento

4.8.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

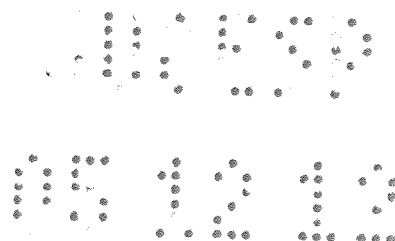
4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND: (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário e Escriturador; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.2. Prorrogação dos Prazos

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.8.3. Encargos Moratórios



4.8.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, conforme o caso, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios”).

4.8.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, conforme o caso, e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data da respectiva disponibilização do pagamento pela Emissora em decorrência de amortização do principal e/ou vencimento de Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, conforme o caso, e/ou Aquisição Antecipada Facultativa e/ou Resgate Antecipado Facultativo e/ou Oferta de Resgate Antecipado e/ou de qualquer outra obrigação pecuniária (conforme abaixo definidos).

4.9. Publicidade

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOESP e no jornal O Dia, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na mesma data da sua realização.

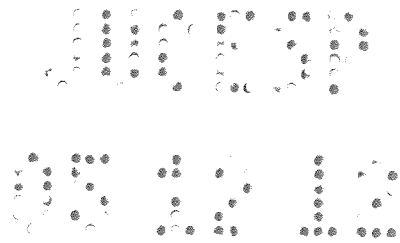
5. AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, conforme o caso, aplicáveis às demais Debêntures em circulação.

5.2. Resgate Antecipado Facultativo

5.2.1. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures (“Resgate Antecipado”), desde que observados os Valores e Prazos de Vedação ao Resgate da 1ª e da 2ª Séries conforme abaixo, mediante envio de comunicação neste sentido pela Emissora ao Agente Fiduciário com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.



5.2.2. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, da realização do Resgate Antecipado com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

5.2.3. Na comunicação de Resgate Antecipado deverá constar: (a) a data do resgate antecipado; (b) se o resgate antecipado será total ou parcial; (c) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado.

5.2.4. Na hipótese de Resgate Antecipado parcial das Debêntures, o mesmo será realizado mediante sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis e com divulgação nos termos desta Escritura, inclusive no que concerne às suas regras. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, a operacionalização do resgate antecipado parcial dar-se-á através de "operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário" no sistema CETIP.

5.2.4.1. Não obstante, todas as etapas desse processo de Resgate Antecipado parcial das Debêntures, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, sendo o sorteio realizado pelo Agente Fiduciário, com base em procedimento descrito na comunicação de Resgate Antecipado.

5.2.4.2. Caso a CETIP venha a implantar funcionalidade que permita a realização de resgate parcial no âmbito de sua plataforma eletrônica, esta deverá passar a ser adotada em lugar do disposto neste item, sem a necessidade de ajuste nesta Escritura ou qualquer outra formalidade.

5.2.5. **Valor do Resgate Antecipado Facultativo da 1ª Série:** O valor do Resgate Antecipado da 1ª Série devido pela Emissora, será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios da 1ª Série, calculados *pro rata temporis* desde a última data de pagamento dos Juros Remuneratórios da 1ª Série até a data do efetivo pagamento; (ii) dos demais encargos eventualmente devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado; e (iii) de prêmio equivalente a 0,9% (nove décimos por cento) sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série objeto do Resgate Antecipado ("Valor de Resgate da 1ª Série").

5.2.6. **Prazo de Vedação ao Exercício do Resgate Antecipado Facultativo da 1ª Série:** A Emissora somente poderá promover o Resgate Antecipado relativo às Debêntures da 1ª Série, após decorrido o prazo de 2 (dois) anos contado da Data de Emissão ("Prazo de Vedação ao Resgate da 1ª Série"), podendo a Emissora, posteriormente, exercê-lo a seu exclusivo critério e a qualquer tempo.

5.2.7. **Valor do Resgate Antecipado Facultativo da 2ª Série:** O valor do Resgate Antecipado da 2ª Série devido pela Emissora, será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios da 2ª Série, calculados *pro rata temporis* desde a última data de pagamento dos Juros Remuneratórios da 2ª Série até a data do efetivo pagamento; (ii) dos demais encargos eventualmente devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado; e (iii) de prêmio equivalente a 1,00% (um por cento) sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série objeto do Resgate Antecipado ("Valor de Resgate da 2ª Série").



JOBSP
05 12 12

5.2.8. Prazo de Vedação ao Exercício do Resgate Antecipado Facultativo da 2ª Série: A Emissora somente poderá promover o Resgate Antecipado relativo às Debêntures da 2ª Série, após decorrido o prazo de 2 (dois) anos e meio contados da Data de Emissão ("Prazo de Vedação ao Resgate da 2ª Série"), podendo a Emissora, posteriormente, exercê-lo a seu exclusivo critério e a qualquer tempo.

5.3. Oferta de Resgate Antecipado

5.3.1. A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado"):

- (i) A Emissora publicará anúncio e comunicará o Agente Fiduciário sobre a intenção de realizar a Oferta de Resgate Antecipado, na qual deverá descrever, ao menos, os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) se a oferta será total ou parcial, sendo certo que na hipótese de Oferta de Resgate Parcial, caso o número de Debenturistas interessados em aderir a Oferta de Resgate Antecipado seja maior do que de Debêntures ofertadas, deverá ser realizado sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário; (b) o valor do eventual prêmio de resgate, que não poderá ser negativo; (c) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas, que não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis da data de publicação do anúncio; e (d) as demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas. O Agente Fiduciário comunicará a existência e os termos da Oferta de Resgate Antecipado aos Debenturistas em até 5 (cinco) dias úteis contados do anúncio realizado pela Emissora.
- (ii) A contar da data em que receberem a comunicação referida no item (i) acima, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão o prazo de 10 (dez) dias úteis para se manifestar formalmente perante o Agente Fiduciário e perante a Emissora, de modo que a Companhia possa proceder, na data anunciada, à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado.
- (iv) O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate, acrescido (a) dos respectivos Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento de Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, conforme o caso, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.
- (v) Para as Debêntures custodiadas na CETIP, a operacionalização do resgate antecipado nos termos deste item será realizada através da operação de compra e venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas da Oferta de Resgate Antecipado, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.



JUN 29
05 12 12

- (vi) Caso a Oferta de Resgate Antecipado contemple todas as Debêntures em circulação, a CETIP deverá ser comunicada com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para a sua realização.
- (vii) A Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado.

5.4. Vencimento Antecipado

5.4.1. Hipóteses de vencimento antecipado

5.4.1.1. O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 5.4.1.2 e 5.4.1.3 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, conforme o caso, e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- a) protesto de títulos comerciais, títulos de crédito ou protesto de obrigação de qualquer natureza contra a Emissora e/ou o Interviente Anuente, com valor unitário ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora e/ou o Interviente Anuente: (a) que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros e tenha sido tomada a medida judicial adequada para anulação ou sustação dos efeitos do protesto; (b) que o protesto foi cancelado; (c) que foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (d) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado;
- b) (a) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou do Interviente Anuente; (b) decretação de falência da Emissora e/ou do Interviente Anuente; (c) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou pelo Interviente Anuente; (d) pedido de falência da Emissora e/ou do Interviente Anuente, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou do Interviente Anuente, independentemente do deferimento /aceitação do respectivo pedido; ou (f) qualquer ato similar aos anteriores, nos termos da legislação de qualquer jurisdição aplicável à Emissora e/ou ao Interviente Anuente;
- c) inadimplemento pela Emissora e/ou pelo Interviente Anuente das obrigações pecuniárias devidas nos termos desta Escritura e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária, ressalvado o prazo de cura de 01 (um) dia útil;
- d) inadimplemento pela Emissora e/ou pelo Interviente Anuente de quaisquer obrigações pecuniárias contraídas no mercado financeiro local ou internacional, ainda que na condição de garantidora, que não seja sanado dentro do eventual prazo de cura aplicável;
- e) inadimplemento, pela Emissora e/ou pelo Interviente Anuente, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 10 (dez) dias úteis contados da



JUL 29
05 12 12

data do respectivo inadimplemento;

- f) realização de redução de capital social ou amortização de ações da Emissora, ou, ainda, reembolso de ações de acionistas da Emissora, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida na cláusula 8.1 abaixo), especialmente convocada para esse fim;
- g) fusão, cisão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora e/ou do Interviente Anuente que resulte em Renato Pasmanik não permanecer como acionista controlador, direto ou indireto, da Emissora e/ou da Interviente Anuente, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim;
- h) transformação da Emissora, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e observado o artigo 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- i) alienação e/ou alteração do atual controle direto ou indireto da Emissora e do Interviente Anuente que resulte em Renato Pasmanik não permanecer como acionista controlador, direto ou indireto, da Emissora e/ou da Interviente Anuente, sem prévia e expressa aprovação dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- j) pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela Emissora, exclusivamente se a Emissora e/ou o Interviente Anuente estiver inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim;
- k) não observância dos índices financeiros calculados de acordo com o Anexo I desta Escritura, a serem verificados anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora, relativas a 31 de dezembro de cada ano até o vencimento final das Debêntures, iniciando-se com a divulgação das demonstrações financeiras da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 ("Índices Financeiros");
- l) não cumprimento, pela Emissora e/ou o Interviente Anuente, de qualquer decisão ou sentença judicial ou arbitral transitada em julgado, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas convertido com base no câmbio da moeda estrangeira, na data do descumprimento;
- m) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa a terceiros, pela Emissora e/ou o Interviente Anuente, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem prévia expressa anuência dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- n) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, quaisquer declarações ou garantias relevantes prestadas pela Emissora e/ou pelo Interviente Anuente nesta Escritura e/ou em

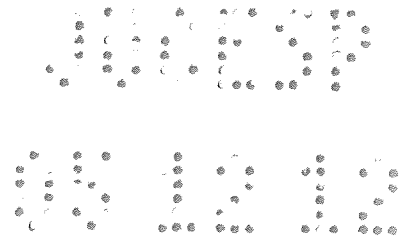


JUL 2012

quaisquer documentos no âmbito da Oferta Restrita;

- o) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 3.6.1 acima;
- p) alienação ou desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda dos bens sobre os quais tenham sido constituídas garantias em favor dos Debenturistas, sem que haja substituição da garantia em montante igual ao originalmente estabelecido, no prazo de 20 (vinte) dias contados da medida ou da ciência da Emissora da medida governamental ou judiciária;
- q) a criação, incorrência ou assunção voluntária ou involuntária, pela Emissora e/ou o Interveniante Anuente, de qualquer ônus ou gravame sobre os bens dados em garantia em favor dos Debenturistas, sem que haja substituição da garantia em montante igual ao originalmente estabelecido, no prazo de 20 (vinte) dias contados da constituição do ônus ou gravame;
- r) declaração de nulidade ou ineficácia da Alienação Fiduciária de Quotas, sem que haja substituição da garantia constituída no Contrato de Alienação Fiduciária, em montante igual ao originalmente estabelecido, no prazo de 20 (vinte) dias contados da ciência da Emissora da declaração de nulidade ou ineficácia;
- s) apropriação, confisco, encampação ou estatização da Emissora ou de seus ativos relevantes para a continuidade de seus negócios;
- t) exceto no caso de mútuo que tenha a intenção de garantir o cumprimento do objetivo e da destinação de recursos da Emissão (conforme Cláusula 3.6 acima) e das obrigações oriundas das Debêntures, a celebração, pela Emissora, de contratos de mútuo, na qualidade de mutuante ou mutuária, com pessoas físicas ou jurídicas que sejam, direta ou indiretamente, coligadas, controladas e/ou controladoras da Emissora ("Partes Relacionadas") em valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sem prévia anuência dos Debenturistas reunidos em assembleia geral específica. Todos os contratos de mútuo celebrados com Partes Relacionadas deverão conter indicação expressa de que os créditos relacionados a tais mútuos são subordinados a estas Debêntures, enquadrando-se no disposto no artigo 83, VIII, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada;
- u) inadimplemento pela Emissora e/ou pelo Interveniante Anuente de quaisquer obrigações previstas no Contrato de Alienação Fiduciária, observados os eventuais prazos de cura previstos em tal contrato; e
- v) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, nos termos da Cláusula 3.1 acima, que modifique substancialmente as atividades por ela praticadas atualmente, e que venha comprovadamente afetar a capacidade financeira da Emissora, sem a prévia anuência, por escrito, dos Debenturistas.

5.4.1.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas b), c) d), e), g) i), j), n), p) e r) da Cláusula 5.4.1.1 acima, e observados os prazos de cura indicados nos respectivos itens, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente notificação, aviso



ou interpelação de qualquer tipo. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, na forma prevista na Cláusula 5.4.3 abaixo, comunicando a Emissora nesse sentido.

5.4.1.3. Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 5.4.1.2 acima), e observados os prazos de cura aplicáveis nos respectivos itens, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para deliberar sobre o eventual não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8 abaixo. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia por Debenturistas representando, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação. Caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

5.4.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar, em até 01 (um) dia útil, carta protocolada informando tal evento: (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Mandatário.

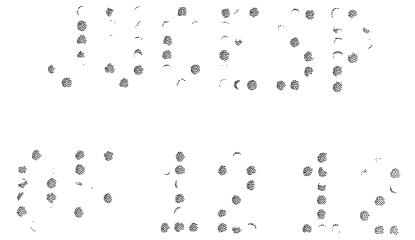
5.4.3. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, em uma única data, a contar do protocolo na CETIP da carta mencionada na Cláusula 5.4.2 acima, obrigando-se a Emissora a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries devidos, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

5.4.4. Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.4.3 acima, além dos Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries devidos, conforme o caso, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme previsto na Cláusula 4.8.3 acima.

5.4.5. No caso de decretação de vencimento antecipado, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.4.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência da data prevista para a realização do pagamento de que trata a Cláusula 5.4.4 acima, solicitar à CETIP o pagamento das Debêntures registradas no SND.

5.4.6. Na hipótese de vencimento final ou vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.1.5.1 acima e das Cláusulas 5.4.1.2 e 5.4.1.3 acima, respectivamente, caso a Emissora e/ou a Fiadora não efetue(m) os pagamentos previstos na Cláusula 4.1.5.1 acima e na Cláusula 5.4.3 acima, conforme o caso, os titulares das Debêntures estarão automaticamente autorizados a instruir o Agente Fiduciário a promover a excussão das garantias, observados os termos desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária, com o fim de cumprir as obrigações pecuniárias da Emissora.

5.4.7. Para fins de verificação das alíneas l) e p) da cláusula 5.4.1.1 acima, a Emissora obriga-se, a encaminhar, anualmente ao Agente Fiduciário, relatório confeccionado pelo(s) advogado(s) patrono(s) da(s) respectiva(s) causa(s), de todas as ações judiciais com decisão em primeira instância, com valor da causa acima de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e/ou que verse sobre quaisquer medidas que



implique perda dos bens e/ou direitos objeto das garantias constituídas em favor dos Debenturistas nas quais a Emissora figure como ré, contendo o valor da causa atualizado, a atual fase da demanda, bem como a chance de êxito da mesma (a ser classificada como Provável, Possível e Remota).

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DO INTERVENIENTE ANUENTE

6.1. A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente obriga-se a:

- (i) arcar com todos os custos decorrentes da distribuição e manutenção das Debêntures, incluindo, mas não se limitando a: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) com o registro e a publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, o Contrato de Alienação Fiduciária, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora e do Interviente Anuente; e (c) despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e assessores legais;
- (ii) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias após sua divulgação, cópia das demonstrações financeiras completas da Emissora e do Interviente Anuente relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes registrados na CVM;
 - (b) no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, documentos e/ou informações que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário, por escrito, a fim de que este possa cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") e
 - (c) informações a respeito de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura após a apuração de sua ocorrência;
- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social;



JUL 20
05 12 11

- (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 03 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii); (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo solicitado; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009, o qual a Emissora declara conhecer e que passa a fazer parte integrante da presente Escritura para todos os fins de direito;
 - (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
 - (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - (vii) cumprir tempestivamente todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
 - (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
 - (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
 - (x) notificar em até 02 (dois) dias úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades, ou que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura;
 - (xi) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
 - (xii) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;



JUN 2019

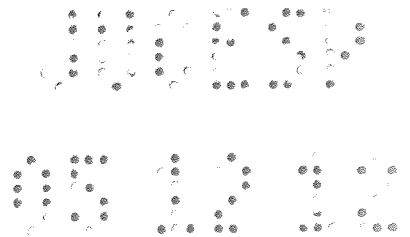
- (xiii) manter-se devidamente organizada e constituída como uma sociedade por ações sob as leis brasileiras;
- (xiv) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de licenças relevantes, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis, necessárias para o exercício de suas atividades principais; e
- (xv) observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam ser recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável.

6.2. O Interveniente Anuente, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente obriga-se a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário informações a respeito de qualquer dos Eventos de Inadimplemento que lhe seja aplicável previstos nesta Escritura, imediatamente após a sua ocorrência, e, caso venha a ter conhecimento, aqueles aplicáveis à Emissora.
- (ii) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (iv) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades e/ou da Emissora, caso tenha conhecimento;
- (v) abster-se de se manifestar na mídia sobre a Oferta Restrita até a comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM, exceto para publicação de atos societários, de fatos ou atos relevantes relacionados, nos termos da legislação aplicável;
- (vi) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, encaminhar documentos e/ou informações que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário, por escrito, a fim de que este possa cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), caso a Emissora não o faça; e
- (vii) atuar como fiador nos termos da cláusula 4.1.11 acima.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.



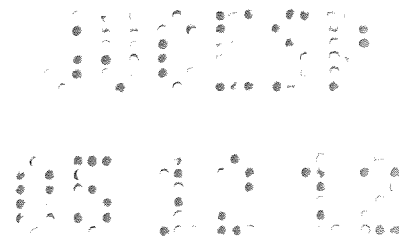
como Agente Fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.1.1. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) que conforme descrito nos itens 4.1.10 e 4.1.11, na Data de Emissão, as Garantias não se encontram constituídas e exequíveis, devendo estar constituídas nos prazos ali previstos, e que verificou, nos termos do inciso IX do artigo 12, da Instrução CVM nº 28/83, a insuficiência da Garantia Real e da garantia Fidejussória, com base nas Demonstrações Financeiras da Fiadora relativas ao exercício de 2011, findo em 31 de dezembro de 2011, e ao segundo trimestre de 2012, findo em 30 de junho de 2012, já que tais garantias representavam um valor inferior ao montante total da emissão, qual seja R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); e
- (xi) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto.

7.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação,



falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, nesta Escritura e no Contrato de Alienação Fiduciária, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) observado o disposto abaixo **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, arcar com os tributos,



JUL 2013
09 12 12

municipais, estaduais e federais, assim como com os encargos cíveis, trabalhistas e previdenciários, presentes ou futuros, atribuídos ao Agente Fiduciário nos termos da legislação aplicável;

- (v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vii) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações de que tenha conhecimento;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (x) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções ou se assim solicitado pela Assembleia Geral de Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 03 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9.1 acima;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;



JUL 05 12 12

- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate e amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se for o caso, dos Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, conforme o caso, das Debêntures realizada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM nº 28/93.
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM; e
 - (d) na sede do Coordenador Líder.
- (xv) publicar nos órgãos da imprensa onde a Emissora efetue suas publicações comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador e à CETIP;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados de seu conhecimento sobre qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais.



05 12 19

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido de Juros Remuneratórios da 1ª e 2ª Séries, conforme o caso, correspondentes e demais encargos eventualmente devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer, se for o caso, a falência ou propor recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, inclusive a excussão das garantias; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

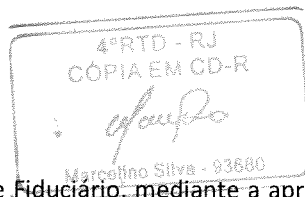
7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar mediante a aprovação unânime dos Debenturistas. Para eximir-se da responsabilidade descrita na Cláusula 7.5(iv) acima, será necessário o quórum estabelecido na Cláusula 5.4.1.3 acima.

7.7. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes à remuneração anual de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida em 5 (cinco) dias contados da data de celebração desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o resgate total das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

7.7.1. No caso de inadimplemento no pagamento das debêntures ou de reestruturação das condições das debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento a solicitações extraordinárias, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho, bem como à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das debêntures não são considerados reestruturação das debêntures.

7.7.2. No caso de celebração de aditamentos a Escritura bem como nas horas externas ao escritório da Oliveira Trust, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

7.7.3. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta



JUL 2012
05 12 12

corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário, mediante a apresentação da respectiva fatura com, pelo menos, 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

7.7.4. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 7.7 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*.

7.7.5. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

7.7.6. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (iv) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); e (v) IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondam a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de Agente Fiduciário pelas instituições financeiras.

7.7.7. A remuneração prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na Escritura, como configuradores de vencimento antecipado.

7.7.8. A remuneração descrita nesta Cláusula será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

7.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. Caso as despesas a serem realizadas pelo Agente Fiduciário somem mais de R\$ 1.000,00 (mil reais), o Agente Fiduciário deverá previamente solicitar à Emissora uma autorização para realização de tais despesas e, uma vez aprovadas e incorridas, deverá enviar todos os comprovantes de despesas, para que a Emissora possa acompanhar tais gastos.

7.8.1. O ressarcimento a que se refere à esta Cláusula será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.9. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive



JUL 05 12 12

as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento dessa remuneração e despesas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

8.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações, inclusive aquelas mencionadas nas alíneas f), g), i), j) e m) da cláusula 5.4.1.1, serão tomadas por 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, exceto (i) quando de outra forma prevista nesta Escritura; (ii) nas hipóteses previstas no Contrato de Alienação Fiduciária, as quais são consideradas como transcritas nesta Escritura; e (iii) nas hipóteses de alteração de prazos, valor, forma de remuneração das Debêntures e eventos de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

8.8.1. A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos



JUCESP
05 12 12

Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

9. DECLARAÇÕES DA EMISSORA E/OU DO INTERVENIENTE ANUENTE

9.1. A Emissora e/ou o Interveniante Anuente declaram e garantem que, na data de assinatura desta Escritura:

- (i) são sociedades devidamente constituídas, com existências válidas e em situações regulares segundo as leis do Brasil;
- (ii) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto, não havendo qualquer restrição emanada de agência reguladora ou de qualquer órgão fiscalizador das suas atividades;
- (iii) esta Escritura e as obrigações nela previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração e os termos e condições da Escritura, do Contrato de Alienação Fiduciária e o cumprimento das obrigações neles previstas (i) não infringem seus estatutos/contratos sociais; (ii) não infringem qualquer disposição legal, regulatória, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; (iii) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora; e (iv) não resultarão em (A) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos descritos nos subitens (ii) e (iii) deste item (v), condicionado ao *waiver* em determinados contratos financeiros; (B) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (C) rescisão de quaisquer dos contratos ou instrumentos descritos no subitem (ii) deste item (v);
- (vi) os bens sobre os quais tenham sido constituídas garantias em favor dos Debenturistas não estão sujeitos a qualquer ônus ou gravame, exceto aqueles decorrentes da Alienação Fiduciária de Quotas, e não são objeto de ação, penhora, arresto, penhor, sequestro, caução ou qualquer outra espécie de constrição, não sendo do conhecimento da Emissora e/ou do Interveniante Anuente a existência de qualquer fato não mencionado nesta Escritura que impeça ou restrinja a prestação das garantias;
- (vii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora e/ou pelo Interveniante Anuente de suas obrigações nos termos desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto o registro da Escritura no cartório competente, o arquivamento da Escritura, da ata da AGE e das aprovações da Interveniante Anuente, inclusive a alteração de seu contrato social, na JUCESP, o registro das Debêntures na CETIP e o registro do Contrato de Alienação Fiduciária, no competente cartório, nos termos das Cláusulas 2.1.1, 2.1.2, 2.1.4 e 2.1.6.1 acima;
- (viii) as situações econômica, financeira e patrimonial da Emissora, na data em que esta declaração é



45550
11 3038 0204

feita, não sofreram qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;

- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (x) cumprirão com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária;
- (xi) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xii) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que seja do conhecimento da Emissora e da Interveniente Anuente e que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou em suas coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (xiii) não há fatos relativos à Emissora, ou às Debêntures, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica;

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora e a Fiadora e Interveniente Anuente:

BLUE BIRD PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Raul Saddi, nº 88, sala 12, Butantã
CEP 05.503-010, São Paulo, SP
At.: Sr. Nelson Volpato
Tel.: (11) 3038-0204
Fax: (11) 3038-0366
e-mail: nvolpato@gep.com.br

GEP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Rua Raul Saddi, nº 88, Butantã
CEP 05.503-010, São Paulo, SP
At.: Sr. Nelson Volpato



11 3038 0204
11 3038 0366

Tel.: (11) 3038-0204
Fax: (11) 3038-0366
e-mail: nvolpato@gep.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, grupo 205
Cidade do Rio de Janeiro
At.: Gustavo Dezouart e Henrique Noronha
Tel: (21) 3514-0000
Fax: (21) 3514-0099
E-mail: ger1.agente@oliveiratrust.com.br e gustavo@oliveiratrust.com.br

(iii) Para o Banco Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º Andar, Torre Eudoro Vilela
04309-010, São Paulo, São Paulo
At.: Sra. Claudia Vasconcellos
Telefone: (11) 5029-1910
Fax: (11) 5029-1920
e-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(iv) Para o Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º Andar, Torre Eudoro Vilela
04309-010, São Paulo/SP
At.: Claudia Vasconcellos
Tel: (11) 5029-1910
Fax: (11) 5029-1920
e-mails: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(v) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, 230, 11º andar
CEP 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481
Ou
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar
São Paulo, SP
CEP 01452-001
At.: Gerência de Valores Mobiliários



JUL 29
05 12 12

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

10.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes por aquela parte que tiver seus dados alterados.

10.2. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que “dia útil” será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.4. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.7. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11. DO FORO

11.1. Fica eleito o foro de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

JUL 29
09 12 12

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de interveniente anuente, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 06 de Novembro de 2012

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes)

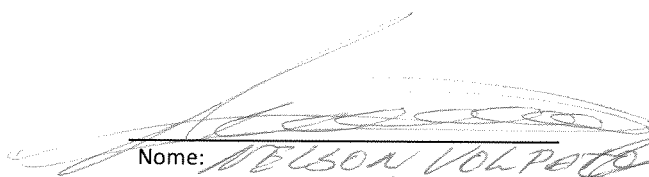


JUL 29

05 12 12

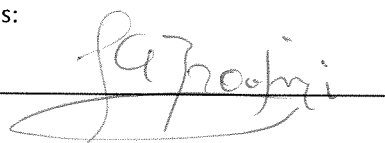
(Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fidejussória Adicionais, em Duas Séries, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Blue Bird Participações S.A.)


BLUE BIRD PARTICIPAÇÕES S.A.


Nome: NELSON VOLPATO
Cargo: ADMINISTRADOR


Nome: NELSON VOLPATO
Cargo: ADMINISTRADOR

Testemunhas:


Nome:
CPF: **Júlia Yara Braghini**
RG: 16.361.647
CPF: 084.356.548-93


Nome:
CPF: **Erika Rodrigues Gomes de Carvalho**
RG: 44.913.697-8
CPF: 372.715.728-30

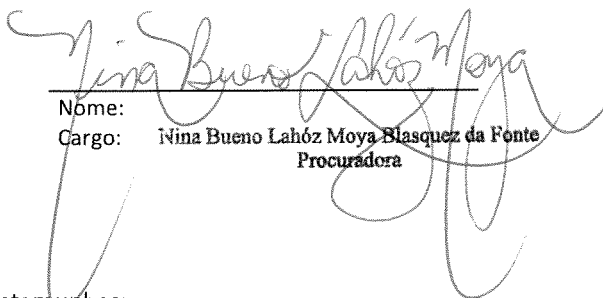


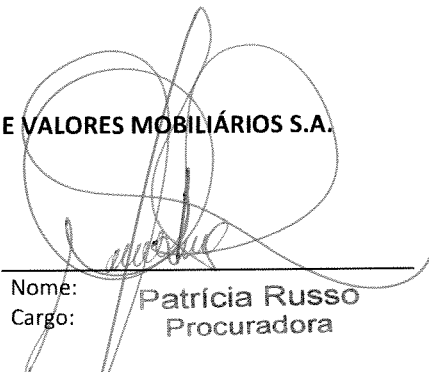
JUCESP

05 12 12


(Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fidejussória Adicionais, em Duas Séries, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Blue Bird Participações S.A.)

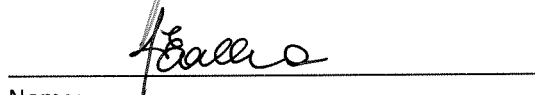
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

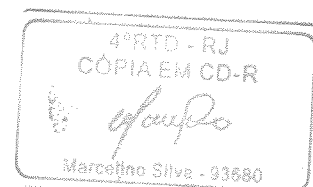

Nome: _____
Cargo: Nina Bueno Lahóz Moya Blasquez da Fonte
Procuradora


Nome: _____
Cargo: Patrícia Russo
Procuradora

Testemunhas:


Nome: _____
CPF: Júlia Yara Braghini
RG: 16.361.647
CPF: 084.356.548-93


Nome: _____
CPF: Erika Rodrigues Gomes de Carvalho
RG: 44.913.697-8
CPF: 372.715.728-30





JUCESP

05 12 12

(Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Real e Fidejussória Adicionais, em Duas Séries, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Blue Bird Participações S.A.)

GEP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Nome: NELSON VOLPATO
Cargo: ADMINISTRADOR

Nome: NELSON VOLPATO
Cargo: ADMINISTRADOR
PL BLUE BIRD PARTICIPAÇÕES S.A.

Testemunhas:

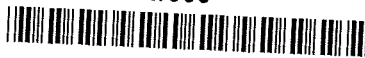
Nome: Júlia Yara Braghini
CPF: RG: 16.361.647
CPF: 084.356.548-93

Nome: Luiz Rodrigues Gomes de Carvalho
CPF: RG: 44.913.697-8
CPF: 72.715.728-30



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
DEBÊNTURE
CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO ED001060-1/000
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

ED001060-1/000



JUCESP



REGISTRO Nº 922994
Selo nº RUB63581
RJ, 10/12/2012.

Marcelino Silva-93680
Av. Rio Branco, 109/1702
www.4rtd-rio.com.br

ANEXO I
ÍNDICES FINANCEIROS

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado

ANEXO I ÍNDICES FINANCEIROS

1. Os seguintes Índices Financeiros deverão ser calculados pela Emissora e verificados pelo Agente Fiduciário anualmente, ao final de cada exercício social, e medidos por empresa de auditoria registrada na CVM, incluindo em seu parecer relatório quanto ao cumprimento, tendo por base as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, até a Data de Vencimento, sendo que a primeira verificação se dará com base no balanço de 31 de dezembro de 2013:

	Exercício Social			
	2013	2014	2015	2016
Dívida Financeira Líquida / EBITDA menor ou igual a:	3,30	3,00	2,50	2,00

1.1 Relação Ativo Circulante / Passivo Circulante maior ou igual a:

Em 2013	1,00
Em 2014	1,00
Em 2015	1,00
Em 2016	1,00

2. Define-se:

Ativo Circulante	Significa o item no balanço patrimonial que equivale à soma de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, estoque, títulos e valores mobiliários e outros ativos que podem ser convertidos em dinheiro em um período inferior a um ano.
Dívida Financeira Líquida	É a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não

